

**Rio de Janeiro, 24 de Junho de 2024.**

**Nome do manifestante: Fernando Oliveira da Silva**

**EMENTA: PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO ACERCA DE GRATIFICAÇÃO PELO DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE PREGOEIRO, E DE GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES DE GESTOR OU FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO NO ÂMBITO DO TCE-RJ. PEDIDO DEFERIDO.**

Prezado Sr. Fernando Oliveira da Silva,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, foi constituído Documento para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011, a seguir transcrito:

“Nos termos da Lei de Acesso à Informação, favor informar o que se pede abaixo:

1) Há instituído neste i. TCE/RJ gratificação, verba, pró-labore ou outra espécie remuneratória para aqueles servidores (carreira ou comissionados) que desempenham as funções de pregoeiro ou agente de contratação?

2) Se a resposta da pergunta 1 for positiva, favor informar o valor e a respectiva base legal ou legislativa para o pagamento da referida parcela remuneratória.

3) Há instituído neste i. TCE/RJ gratificação, verba, pró-labore ou outra espécie remuneratória para aqueles servidores (carreira ou comissionados) que desempenham as funções de gestor de contrato administrativo ou de fiscal de contrato administrativo ou outra função análoga a essas atribuições?

4) Se a resposta da pergunta 3 for positiva, favor informar o valor e a respectiva base legal ou legislativa para o pagamento da referida parcela remuneratória.

No aguardo do deferimento deste pleito.

Desde já agradeço a atenção dispensada.”

Submetido o pedido de acesso à informação ao setor especializado, em obediência ao disposto no artigo 12, da Resolução 275/13, foi apresentada a seguinte resposta:

*“Com vistas a subsidiar a resposta ao pedido formulado, através do Sistema Informatizado da Ouvidoria – SISOUV, pelo Sr. Fernando Oliveira da Silva, com respaldo na Lei de Acesso à Informação – Lei nº 12.527/11, cumpre a esta Coordenadoria registrar que as informações requeridas encontram-se consubstanciadas no artigo 10 do Anexo Único do **Ato Normativo nº 181**, de 04.12.2019, que disciplina, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, acessíveis mediante consulta ao PORTAL TRANSPARÊNCIA do TCE-RJ (link: <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/legislacao>):*

*Art. 10. Os pregoeiros e os membros da equipe de apoio perceberão gratificação por participação em cada procedimento licitatório, independentemente do seu resultado, observados os seguintes critérios:*

*I - o pagamento das gratificações estará limitado à quantidade máxima de 12 (doze) pregões por mês, não havendo qualquer acréscimo decorrente dos pregões que excederem este quantitativo;*

*II - a comprovação da participação no pregão, para efeitos de pagamento da gratificação, será efetuada por meio de registro em ata;*

*III - os valores das gratificações serão calculados de acordo com percentuais sobre a remuneração atribuída ao símbolo CCDAL-1, da seguinte forma:*

*a) pregoeiros: 2% (dois por cento);*

*b) membros de equipe de apoio: 1,8% (um vírgula oito por cento).*

*Parágrafo único. O número de servidores que poderão perceber a gratificação de que trata o caput será limitado a 01 (um) pregoeiro e 03 (três) membros de equipe de apoio por cada pregão realizado.”.*

O acesso à estrutura remuneratória do TCE-RJ encontra-se  
franqueado através da consulta ao link  
[https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/estrutura\\_remuneratoria](https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/pagina/estrutura_remuneratoria).

Com relação aos servidores responsáveis por gestão e fiscalização de contratações efetuadas pelo TCE-RJ, não há previsão remuneratória, conforme a Resolução nº 379, de 22.09.2021, acessível através de consulta ao link <https://www.tcerj.tc.br/cadastro-publicacoes/public/resolucoes>.”.

Por oportuno, importa-se informar ao requerente que, com exceção dos processos sigilosos, é possível acompanhar as tramitações e obter cópia dos pareceres, decisões e imagens digitais dos processos deste Tribunal, após decisão do Corpo Deliberativo, no endereço eletrônico desta Corte.

Informamos que pedido de acesso à informação, elogios, dúvidas e reclamações devem ser encaminhadas **PREFERENCIALMENTE NA PÁGINA DA OUVIDORIA DO TCE-RJ**, por meio do formulário a ser preenchido, através do seguinte link: <https://tcerj.ond.com.br/ouvidoria/externo/cadastro.do>

Tratando-se de Pedido de acesso à informação dentro do formulário selecione o **CANAL** “Lei de Acesso à Informação”. Além disso, havendo o indeferimento do pedido, haverá a possibilidade de recurso nos termos do artigo 13, da Resolução nº 275/13.

Por fim, sugerimos que seja consultada a página da Ouvidoria do TCE-RJ na internet, objetivando acessar os livros digitais e Guia da Ouvidoria, para que se possa conhecer melhor o assunto.

A Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro agradece o seu contato.

Atenciosamente,  
Ouvidoria do TCE-RJ